MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná

PROJETO DE LEI Nº 150, DE 2023

Autoriza o Município de Toledo a efetuar investimentos em propriedade particular.

O POVO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei autoriza o Município de Toledo a efetuar investimentos em propriedade particular.

Art. 2º - Fica o Município de Toledo autorizado a efetuar investimentos no valor de até R$ 40.013,42 (quarenta mil treze reais e quarenta e dois centavos) no imóvel denominado Sala Comercial nº 01, com área total de 194,77m², situado no Condomínio Terminal 1º de Maio, no Loteamento Boa Esperança III, bairro Vila Pioneiro, nesta cidade de Toledo, Matrícula nº 44.777 do 1º Serviço de Registro de Imóveis desta Comarca.

Parágrafo único - Os investimentos de que trata o *caput* deste artigo compreendem a execução dos serviços de instalação de paredes em gesso acartonado e de forro em gesso, a fim de garantir a adequação e o sigilo nos atendimentos do Conselho Tutelar I, que funcionará no imóvel nele referido.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 27 de setembro de 2023.

ADEMAR LINEU DORFSCHMIDT
PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná

MENSAGEM Nº 98, de 27 de setembro de 2023 ***(com pedido de urgência)***

SENHOR PRESIDENTE,
SENHORA VEREADORA,
SENHORES VEREADORES:

De acordo com o Ofício nº 278/2023-SMDH, de 21 de setembro de 2023, da Secretaria de Políticas para Infância, Juventude, Mulher, Família e Desenvolvimento Humano, e considerando o Estudo Técnico Preliminar de Locação (anexos), faz-se necessária a transferência do Conselho Tutelar I para outra sede, mais ampla e adequada, inclusive para permitir a relocação da Polícia Científica do Paraná para o espaço onde aquele colegiado funciona atualmente.

Diante de tais circunstâncias e pelo fato de o Município, conforme Declaração do Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais da Secretaria da Administração, não dispor de imóvel edificado para abrigar os serviços e atividades do Conselho Tutelar I, firmou-se o Contrato nº 1022/2023, para a locação da Sala Comercial nº 01, com área total de 194,77m², situada no Condomínio Terminal 1º de Maio, no Loteamento Boa Esperança III, bairro Vila Pioneiro, nesta cidade, Matrícula nº 44.777 do 1º Serviço de Registro de Imóveis desta Comarca.

Enfatize-se que tal imóvel, além de suas dimensões adequadas para a instalação do Conselho Tutelar I e para o desenvolvimento de suas atividades, possui localização estratégica, numa região densamente povoada, mas de acessibilidade facilitada, por situar-se numa via pública de fácil alcance e mobilidade.

Diante das características dos serviços prestados pelo colegiado em questão e da privacidade e sigilo necessários nos atendimentos realizados por seus membros, conforme Estudo Técnico Preliminar que também acompanha esta Mensagem, fazem-se necessários alguns investimentos no imóvel por parte do Município, consistentes na execução dos serviços de instalação de paredes em gesso acartonado e de forro em gesso, conforme projeto arquitetônico incluso.

O custo total de tais adequações está estimado em R$ 40.013,42 (quarenta mil treze reais e quarenta e dois centavos), conforme documentos anexos.

Por se tratarem, todavia, de investimentos em propriedade particular, as benfeitorias em questão só poderão ser executadas mediante prévia autorização legislativa, em razão do que submetemos à análise dessa Casa a anexa proposição que **"autoriza o Município de Toledo a efetuar investimentos em propriedade particular"**.

MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná

Saliente-se que, conforme incluso Quadro de Detalhamento da Despesa Orçamentária, há dotação no orçamento de 2023 da Secretaria de Políticas para Infância, Juventude, Mulher, Família e Desenvolvimento Humano, com saldo suficiente para a realização da despesa acima referida - *conta 03670 - Projeto/Atividade 14.244.0015.1-052 - INFRAESTRUTURA DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.*

De tal maneira, a proposição anexa atende as condições previstas nas normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Tendo em vista a necessidade de executar-se as adequações no imóvel locado no menor prazo possível, para viabilizar a desocupação do prédio que atualmente sedia o Conselho Tutelar I e a transferência deste para as novas instalações, assim como para a realização das modificações no espaço em que se instalará a Polícia Científica do Paraná, ***vimos solicitar a Vossa Excelência que a inclusa proposição seja apreciada em regime de urgência, conforme dispõe o artigo 32 da Lei Orgânica do Município.***

Colocamos à disposição desse Legislativo, desde logo, servidores da Secretaria de Políticas para Infância, Juventude, Mulher, Família e Desenvolvimento Humano para prestarem outras informações ou esclarecimentos adicionais que eventualmente se fizerem necessários sobre a matéria.

Respeitosamente,

ADEMAR LINEU DORFSCHMIDT
PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

Excelentíssimo Senhor
DUDU BARBOSA
Presidente da Câmara Municipal de
Toledo – Paraná

GOVERNO MUNICIPAL
TOLEDO

SECRETARIA DE **POLÍTICAS PARA INFÂNCIA, JUVENTUDE, MULHER, FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Ofício nº 278/2023 – SMDH Toledo, 21 de setembro de 2023.

Ao Senhor
ADEMAR LINEU DORFSCHMIDT
Prefeito em exercício
Toledo-PR

Assunto: Solicitação de Edição de Lei Autorizando Intervenções em Imóvel para Sede do Conselho Tutelar I

Considerando o disposto no Art. 55 da Lei Municipal nº 2.043, de 21 de outubro de 2010, que estabelece que o "Conselho Tutelar funcionará em espaço cedido pelo Poder Executivo municipal", e levando em consideração o Art. 32 da mesma lei, que atribui à Administração Pública Municipal a responsabilidade de garantir dotação orçamentária específica para a manutenção das despesas inerentes às atividades dos Conselhos Tutelares;

Considerando a Resolução nº 231, de 28 de dezembro de 2022, do CONANDA, que orienta à Lei Orçamentária Municipal a estabelecer um espaço adequado para a sede do Conselho Tutelar, seja por meio de aquisição, seja por locação, com sua manutenção;

Considerando o Estudo Técnico Preliminar de Locação da nova sede do Conselho Tutelar I (em anexo), onde é destacada a necessidade de um imóvel para essa finalidade, permitindo a relocação da Polícia Científica do Paraná para o endereço atual do Conselho Tutelar I;

Considerando a declaração do Departamento de Patrimônio (em anexo), que atesta a indisponibilidade de um imóvel de propriedade do Município de Toledo para abrigar os serviços e atividades do Conselho Tutelar I;

Considerando o Contrato 1022/2023, em que a Secretaria de Políticas para Infância, Juventude, Mulher, Família e Desenvolvimento Humano – SMDH visa à locação do imóvel de CITADIN IMÓVEIS EIRELI, inscrita sob o CNPJ 25.177.399/0001-01, sala comercial nº 01,

situada no Condomínio Terminal 1° de Maio no Loteamento Boa Esperança III, Bairro Vila Pioneiro, no Município de Toledo, com área total de 194,77m², conforme matrícula 44.777 do 1° Serviço de Registro de Imóveis (Comarca de Toledo/PR), sendo que a validade do contrato fica condicionada à aprovação da lei autorizativa;

Considerando a localização estratégica do imóvel, que se destaca no bairro e encontra-se de maneira frontal ao terminal rodoviário, bem como a sua acessibilidade facilitada por estar em uma avenida de fácil alcance. Adicionalmente, o imóvel possui um tamanho apropriado que atenderá de forma completa às exigências do serviço, cabendo ressaltar que, após minuciosas buscas pelo território de abrangência do Conselho Tutelar I, não foi identificado nenhum outro imóvel com características semelhantes e que atendam às demandas do serviço;

Considerando que foi constatada a necessidade de intervenções no imóvel para garantir o adequado isolamento acústico entre as salas de atendimento, essencial para o desempenho das atividades do Conselho Tutelar. O projeto de intervenção, anexado ao presente ofício, destaca que o uso de paredes em gesso acartonado e forro em gesso atenderá a essa necessidade;

Considerando que as despesas decorrentes do objeto em pauta correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria de Políticas para Infância, Juventude, Mulher, Família e Desenvolvimento Humano;

Portanto, diante da necessidade incontornável de proporcionar um ambiente apropriado para o desempenho das atividades do Conselho Tutelar I, bem como garantir a continuidade das ações previstas no contrato de locação em vigência, **solicitamos a promoção da edição de lei autorizativa de intervenção em imóvel particular.**

(assinado digitalmente)
ROSIANY FAVARETO
Secretária de Políticas para Infância, Juventude, Mulher,
Família e Desenvolvimento Humano
Portaria n° 50, de 20/01/2023

Assinaturas

equiplano

Documento: 33360/2023 - Oficio 278 - 2023 - Gabinete-mesclado-1.pdf
Data: 21/09/2023 14:54:52 Situação: Concluído

O documento foi assinado por ROSIANY FAVARETO na data 21/09/2023 15:48. Assinatura realizada através do login do usuário.
Para mais informações, acessar o link:
http://equiplanoweb.toledo.pr.gov.br/tramitacaoProcesso/#/consulta-anexo-assinado/entidade/136/documento/33360/2023

equiplano

MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná
Departamento de Patrimônio

DECLARAÇÃO

MUNICÍPIO DE TOLEDO, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Raimundo Leonardi nº 1586, centro, nesta cidade de Toledo-Pr.; inscrita no CGC/MF sob nº 76.205.806/0001-88, neste ato representado pelo Sr. **José Aparecido Polido**, Diretor do Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais, conforme portaria n.º 21/2021, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Santos Dumont, nº 1590, Centro, situada nesta cidade de Toledo, Estado do Paraná, Portador do RG sob nº 3.068.576-8 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 498.856.939-04; vem mui respeitosamente até Vossa Senhoria DECLARAR e INFORMAR que o Município de Toledo, NÃO DISPOE DE IMÓVEL especialmente para atendimento do art. 74, § 5º, II, da Lei 14.133/2021, e que em todos os espaços de terrenos não há imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam às exigências necessárias para a nova sede do Conselho Tutelar I.

Por ser a expressão da verdade, firmo o presente para que surte seus efeitos legais.

Toledo, 01 de junho de 2023.

José Aparecido Polido
Diretor Dpto de Patrimônio e Serviços Gerais

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA A NOVA SEDE DO CONSELHO TUTELAR I
SOLICITAÇÃO: Nº 5412/2023

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Secretaria de Políticas para Infância, Juventude, Mulher, Família e Desenvolvimento Humano - SMDH através do presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada, conforme previsto na Lei 14.133/2021, art. 6°, inciso XX. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação tem por finalidade a locação de um imóvel para a nova sede do Conselho Tutelar I permitindo assim ceder o atual endereço a Polícia Científica do Paraná, para a implantação de uma sede regional da Polícia em Toledo, anexo ao Instituto Médico Legal (IML), no Jardim Europa, visto que a Prefeitura não dispõe de imóvel de sua propriedade que possa abrigar os serviços e atividades realizadas do Conselho Tutelar, conforme Declaração do Departamento de Patrimônio (anexa a este estudo).

É importante ressaltar que, além da necessidade de alugar o imóvel, é preciso viabilizar a transferência (mudança) para o novo local e realizar adaptações, tendo como finalidade o isolamento dos ambientes para maior privacidade nas reuniões e atendimentos realizados frequentemente no Conselho Tutelar. Visto que essa interferência e necessidade de adequação é de necessidade do Serviço e de interesse público, será encaminhado projeto de lei autorizativa para realizar esses ajustes.

2.1 Justificativa para a contratação

Considerando o disposto no Art. 55 da Lei Municipal nº 2.043, de 21 de outubro de 2010, que estabelece que o "Conselho Tutelar funcionará em espaço cedido pelo Poder

Executivo municipal", e levando em consideração o Art. 32 da mesma lei, que atribui à Administração Pública Municipal a responsabilidade de garantir dotação orçamentária específica para a manutenção das despesas inerentes às atividades dos Conselhos Tutelares, bem como a Resolução nº 231, de 28 de dezembro de 2022, do CONANDA, que orienta a Lei Orçamentária Municipal a estabelecer um espaço adequado para a sede do Conselho Tutelar, seja por meio de aquisição, seja por locação, juntamente com sua manutenção. Conforme o art.74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, é inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial, dentre outros casos, na "aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha."

É oportuno mencionar que o citado artigo em seu § 5º, estabelece as exigências necessárias a legalidade da contratação e assim, dispõe:

> § 5º Nas contratações com fundamento no inciso V do **caput** deste artigo, devem ser observados os seguintes requisitos:
> I - Avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos;
> II - Certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto;
> III - justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela.

A sede atual do Conselho Tutelar foi demandada pela Polícia Científica do Paraná em reuniões com representantes do Executivo Municipal para a implantação de uma sede regional da Polícia Científica em Toledo.

O objetivo do novo espaço é servir como sede do Conselho Tutelar I, atendendo às demandas para o funcionamento adequado da instituição. O local proporcionará espaço suficiente para a equipe de profissionais e oferecerá a infraestrutura necessária para a realização de atividades essenciais do Conselho, como reuniões e atendimentos individuais. Isso resultará em um serviço de proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes mais efetivo e alinhado às diretrizes estabelecidas pelos órgãos competentes, considerando a realização de atendimentos sigilosos, que não comprometam a confidencialidade das informações e a segurança dos envolvidos.

É de extrema importância enfatizar que a escolha da nova sede do Conselho Tutelar foi baseada na consideração da localização dentro de sua área de abrangência de atendimento.

Ao manter a sede do Conselho Tutelar dentro do território de atuação, buscamos facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços oferecidos. A proximidade geográfica contribui para reduzir deslocamentos e agilizar o atendimento de demandas emergenciais, fortalecendo nosso compromisso com a eficácia das ações realizadas e promovendo uma atuação mais próxima e contextualizada às realidades locais.

Vale salientar que se realizou busca em toda a extensão do território do Conselho Tutelar I, considerando os bairros: Vila Pioneiro, Vila Operária, Vila Boa Esperança, Jardim Maracanã, Paulista, Jardim Paraíso, Bandeirantes, Park Verde, Jardim da Mata, Jardim Laranjeiras, Jardim Europa/América, Concórdia, Independência, Bela Vista, Santa Clara III, Pedrini, Jardim Heloísa, Jardim Carele, Bom Jesus, São Pelegrino, Pinheirinho, Santa Clara V e Santa Clara IV. O rastreio realizado não identificou outras possibilidades de salas comerciais ou casas em condições de disputarem com o referido imóvel.

Portanto, considerando a necessidade de cumprir as obrigações legais, melhorar as condições de trabalho, fortalecer a qualidade dos serviços prestados e manter uma atuação próxima às demandas do território de abrangência, justifica-se a locação de uma nova sede para o Conselho Tutelar I, através do processo de inexigibilidade de licitação.

2.2 Previsão no plano de contratações anual ou justificativa da ausência de previsão

O Município de Toledo ainda não dispõe de Plano de Contratações Anual, ou seja, não se aplica no momento.

2.3 Referência aos instrumentos de planejamento/programas/convênios da Secretaria ou Departamento (Objetivo/Iniciativa).

A contratação proposta neste Estudo Técnico Preliminar - ETP está prevista nos instrumentos de planejamento do Município (Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA), pois visa garantir a manutenção e a continuidade dos serviços e atividades do Conselho Tutelar, no âmbito do Município de Toledo.

2.4 Análise de contratações anteriores para identificar as inconsistências ocorridas.

Observa-se que foram realizadas contratações anteriores pela administração pública

municipal em vários setores, em conformidade com o inciso X do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, como detalhado a seguir:

Dispensa de Licitação nº 002/2022 - Locação de imóvel de alvenaria, com área total 775,60m², constante no imóvel denominado de Lote Urbano nº 14, da Quadra nº 1376, sob matrícula nº 24.914 do 1º Serviço de Registro de Imóveis (Comarca de Toledo-Paraná), localizado na Avenida Parigot de Souza, 2946, no Município e Comarca de Toledo-PR, pelo período de 12 (doze) meses, para o funcionamento das atividades da Biblioteca Pública Municipal de Toledo.

Dispensa de Licitação nº 022/2022 - Locação de imóvel com área de 217,92 m², localizado na Rua 7 de Setembro, n.º 1099, Centro, sala n.º 01, Toledo/Paraná, inscrição municipal n.º 173, conforme matrícula n.º 11.691, do 2º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Toledo-PR, pelo período de 12 (doze) meses, para o funcionamento das atividades administrativas do Estacionamento Regulamentado – EstaR, pertencente à Secretaria de Segurança e Trânsito.

Dispensa de Licitação nº 110/2022 - Dispensa de licitação para Locação de imóvel para o funcionamento das atividades Central de Especialidades, pelo período de 12 (doze) meses. O referido Imóvel está localizado na Rua Tomaz Gonzaga, nº 1326, Vila Pioneira, Toledo/Pr, lote urbano nº 442, quadra nº 13 do Loteamento Boa Esperança II.

Dispensa de Licitação nº 130/2022 - Dispensa de licitação para locação de imóvel para o serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, pelo período de 12 (doze) meses, localizado no endereço: Rua Serafina Correa, nº2285, Casa, Centro, Toledo/PR (Lote Urbano nº03, Quadra T-42.

Dispensa de Licitação nº 132/2022 - Dispensa de licitação para Locação de imóvel para o funcionamento das atividades do CAPS AD – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas pelo período de 12 (doze) meses. O referido Imóvel está localizado na Rua Dom Pedro II, nº 1849, Centro.

Até o momento da elaboração deste documento, verifica-se que não houve inconsistências nestas contratações.

2.5 Requisitos necessários para a contratação

Além das obrigações resultantes da observância da Lei 14.133/21, e das elencadas no processo de inexigibilidade de licitação, são obrigações do locador:

- Manter durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação direta, conforme disposto no art. 92, inciso XVI da Lei n° 14.133/21;
- É de responsabilidade do LOCADOR (proprietário) do Imóvel o pagamento do IPTU;
- Nos primeiros 12 (doze) meses de contrato o preço será fixo e, portanto, não haverá nenhum tipo de reajuste, sendo que, decorrido este prazo, o preço será reajustado pela variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE no período, desde que solicitado pelo LOCADOR (proprietário) sendo que o reajuste será concedido a partir da data do pedido;
- O prazo de locação do contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, aplicando-se a Lei n°8.245/91 que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes, desde que se mantenha a vantajosidade da proposta em confronto com outras opções, nos termos do art. 106 e art. 107 da Lei n° 14.133/2021;
- Demais informações podem ser verificadas no Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica n° 15/2023 da Comissão de Avaliação de Bens Imóveis e no Projeto para a reforma da sala comercial para abrigar o Conselho Tutelar I, anexos a este estudo.

- Deverá constar no Termo de Referência, cláusula no contrato que o pagamento inicial do aluguel será condicionado a aprovação da Lei autorizativa para realizar as adequações necessárias e que caso esta lei não seja aprovada, o contrato será extinto.

- Para a realização destas adequações, a SMDH encaminhará processo licitatório logo após a aprovação da Lei autorizativa e deverá conter declaração do proprietário autorizando o município a adequar o espaço conforme necessidade para uso.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O imóvel escolhido está com preço compatível com o praticado no mercado, segundo

avaliação realizada pela Comissão de Avaliação de Bens Imóveis, demonstrado através do parecer técnico nº 15/2023, anexo ao estudo técnico preliminar, que efetuou o cálculo pelo Método Comparativo de Dados de Mercado conforme NBR 14.653-2.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO

As compras e contratações das entidades públicas devem seguir, conforme artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988 e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021 que objetiva contratar a proposta mais vantajosa para o Estado, através de processo licitatório, garantindo a observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. No entanto, existem circunstâncias em que o objeto a ser contratado possui características específicas, que apontam para a dispensa ou inexigibilidade da licitação.

Assim, a licitação é a regra, a qual comporta exceções: O art. 74, inciso V, parágrafo 5°, incisos I, II e III da Lei Nº 14.133/21 apresenta a hipótese em que é possível a inexigibilidade desta licitação:

> **Art. 74.** É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
>
> **V** - Aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
>
> **§ 5º** Nas contratações com fundamento no inciso V do caput deste artigo, devem ser observados os seguintes requisitos:
>
> **I** - Avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos;
>
> **II** - Certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto;
>
> **III** - Justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela.

Com o objetivo de assegurar a continuidade dos serviços oferecidos à comunidade pelo Conselho Tutelar, a Secretaria de Políticas para Infância, Juventude, Mulher, Família e Desenvolvimento Humano planeja alugar o imóvel localizado no Condomínio 1º de maio, no Loteamento Boa Esperança III, no bairro Vila Pioneiro, neste município, com área total de 194,77m², na modalidade de inexigibilidade de licitação.

Devido às características essenciais necessárias para a locação do imóvel, bem como o cumprimento dos critérios legais para a seleção do referido objeto, principalmente em relação

à sua localização, tamanho e estrutura, torna-se adequado para atender às necessidades do projeto em questão.

Diante do exposto, observa-se que foram respeitados os requisitos constantes no §5°, incisos I e III do art. 74 da Lei 14133/2021, quanto a avaliação do bem, através do Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica nº 15/2023 da Comissão de Avaliação de Bens Imóveis, onde consta as boas condições do imóvel para que seja possível a locação do mesmo. Quanto ao inciso II da referida lei, foi certificado por meio de levantamento e declaração de inexistência de imóveis públicos vagos sendo necessária a contratação do referido objeto.

Este estudo ressalta a necessidade de garantir o atendimento de demandas para a instalação física da nova sede do Conselho Tutelar I e deverá também viabilizar a mudança de local da sede atual para a nova e de adaptações que deixem o espaço com condições de atendimento à população, verificando a especificidade dos serviços.

4.1 Estimativa das Quantidades

Para a locação foi realizada uma pesquisa de mercado concentrando-se em imóveis ofertados na mesma região e com metragem aproximada da sede atual do Conselho Tutelar I:

- Atual Sede:138,73 m²
- Nova Sede: 194,77 m²

4.2 Estimativa do preço da contratação

O valor médio estimado para locação do imóvel, após parecer técnico emitido pelo setor competente, corresponde a R $5.000,00 (cinco mil) reais mensais.

5. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Considerando as características do objeto a ser contratado, locação de imóvel, não haverá parcelamento.

6. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Não há providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato.

7. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Para a realização das adequações necessárias será encaminhado processo licitatório após a aprovação da lei autorizativa, conforme descrito abaixo:

- Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação de paredes divisórias e forro em gesso acartonado (execução global com fornecimento de material e mão de obra) para atendimento das necessidades dos diversos espaços pertencentes à SMDH, tendo como finalidade o isolamento dos ambientes para maior privacidade nas reuniões e atendimentos realizados frequentemente nos setores que serão readequados.

8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se, com a contratação, atender à solicitação da Secretaria de Políticas para Infância, Juventude, Mulher, Família e Desenvolvimento Humano de Toledo/PR, no sentido de manter o pleno funcionamento do Conselho Tutelar no município, garantindo o que consta no disposto do Art. 55 da Lei Municipal nº 2.043, de 21 de outubro de 2010, que estabelece que o "Conselho Tutelar funcionará em espaço cedido pelo Poder Executivo municipal", e considerando o Art. 32 da mesma lei, que atribui à Administração Pública Municipal a responsabilidade de garantir dotação orçamentária específica para a manutenção das despesas inerentes às atividades dos Conselhos Tutelares, bem como a Resolução nº 231, de 28 de dezembro de 2022, do CONANDA, que orienta a Lei Orçamentária Municipal estabelecendo um espaço adequado para a sede do Conselho Tutelar, seja por meio de aquisição, seja por locação, juntamente com sua manutenção.

A nova instalação foi projetada para abrigar o Conselho Tutelar I, conforme o projeto anexo, para atender plenamente às necessidades de funcionamento dessa instituição. O espaço é amplo o suficiente para acomodar toda a equipe de profissionais e oferece a infraestrutura necessária para a realização das atividades do conselho, incluindo reuniões e atendimentos individuais.

9. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores quanto à sua atividade, especialmente na manutenção e adequação da nova sede quanto ao descarte adequado dos resíduos resultantes.

10. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO E VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Este Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação (locação) se mostra VIÁVEL tecnicamente e necessária, com base nos elementos anteriores apresentados. A locação do imóvel citado pode ser contratada por meio de inexigibilidade de licitação, de acordo com o art. 74, inciso V da Lei 14.133/21, pelo que RECOMENDAMOS o prosseguimento da pretensão contratual. Ressaltamos que deverá constar cláusula no contrato que o pagamento do primeiro aluguel ficará condicionado a aprovação da Lei autorizativa para realizar as adequações necessárias e que caso esta lei não seja aprovada, o contrato será extinto.

Toledo, 26 de junho de 2023.

Equipe responsável (eis) pela elaboração

Assinado eletronicamente
ANDERSON DE LUNA PEREIRA
Analista em Administração e Planejamento I
Matrícula: 859991

Assinado eletronicamente
SAMARA VILLAS BOAS GOBBI
Assistente Social
Matrícula: 871681

Aprovação

O presente Estudo Técnico Preliminar já assinado pelos responsáveis por sua elaboração, fica devidamente aprovado pela autoridade competente.

Assinado eletronicamente
ROSIANY FAVARETO
ORDENADORA DE DESPESA
Secretária de Políticas para a Infância, Juventude,
Mulher, Família e Desenvolvimento Humano

Assinaturas

equiplano

Documento: 29540/2023 - ETP Locação de Imóvel CTI- Atualizado.pdf
Data: 24/08/2023 13:43:05 Situação: Concluído

Servidor	Assinado em

O documento foi assinado por ANDERSON DE LUNA PEREIRA na data 24/08/2023 13:44.
Assinatura realizada através do login do usuário.
Para mais informações, acessar o link:
http://equiplanoweb.toledo.pr.gov.br/tramitacaoProcesso/#/consulta-anexo-assinado/entidade/136/documento/29540/2023

O documento foi assinado por SAMARA VILLAS BOAS GOBBI na data 24/08/2023 14:02.
Assinatura realizada através do login do usuário.
Para mais informações, acessar o link:
http://equiplanoweb.toledo.pr.gov.br/tramitacaoProcesso/#/consulta-anexo-assinado/entidade/136/documento/29540/2023

O documento foi assinado por ROSIANY FAVARETO na data 24/08/2023 15:16. Assinatura realizada através do login do usuário.
Para mais informações, acessar o link:
http://equiplanoweb.toledo.pr.gov.br/tramitacaoProcesso/#/consulta-anexo-assinado/entidade/136/documento/29540/2023

equiplano

PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA Nº 15/2023

Sala comercial nº 01, situada no Condomínio Terminal 1º de Maio no Loteamento Boa Esperança III, Bairro Vila Pioneiro, situado neste Município e Comarca de Toledo-PR.

Toledo-Paraná
2023

1. INTRODUÇÃO

Visa o presente parecer, atendendo à solicitação da Secretaria de Políticas para Infância, Juventude, Mulher, Família e Desenvolvimento Humano, através do Ofício nº98/2023, proceder à avaliação Sala comercial nº 01, situada no Condomínio Terminal 1º de Maio no Loteamento Boa Esperança III, Bairro Vila Pioneiro, situado neste Município e Comarca de Toledo-PR.

Este Parecer de avaliação atende aos requisitos da Lei nº 5.194/66 que regulamenta as profissões de Engenheiros e Arquitetos, e a Resolução nº 345/90 do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia. A avaliação obedece aos critérios mercadológicos da Norma Brasileira da ABNT – NBR 14.653 – 2 Avaliação de Imóveis Urbanos e aos requisitos de responsabilidade técnica.

2. OBJETIVO

Avaliação mercadológica de Sala Comercial para fins de Locação, incluindo o valor do aluguel e taxas administrativas, a ser utilizado pela Secretaria de Políticas para Infância, Juventude, Mulher, Família e Desenvolvimento Humano, para implantação do serviço denominado de Conselho Tutelar I por um período de 12 meses, podendo ser prorrogado.

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

3.1 Matrícula: 44.777 do 1º Serviço de Registro de Imóveis (Comarca de Toledo – Paraná);

3.2 Sala Comercial avaliada: Sala comercial nº 01, situada no Condomínio Terminal 1º de Maio;

3.3 Área a ser avaliada: 194,77m² (cento e noventa e quatro metros e setenta e sete decímetros quadrados);

3.4 Localização: Bairro Vila Pioneiro;

3.5 Cidade: Toledo – PR;

3.6 Confrontações: As constantes na matrícula;

3.7 Proprietário: CITADIN IMÓVEIS EIRELI;

MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná
Comissão de Avaliação de Bens Imóveis

3.8 Mapa de Localização (Figura 01) do Condomínio 1° de Maio e Fotos da Sala Comercial 01 (Figura 02):

TOLEDO
PREFEITURA

Municipio de Toledo/PR

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 38741

INDICAÇÃO FISCAL: 00.01.710.0022.0200.0

DADOS DO IMÓVEL

ENDEREÇO DO IMOVEL

LOGRADOURO: RUA 1° DE MAIO, 1186/1194 BAIRRO: VILA PIONEIRO
COMPLEMENTO:

INFORMAÇOES DO REGISTRO DO IMOVEL

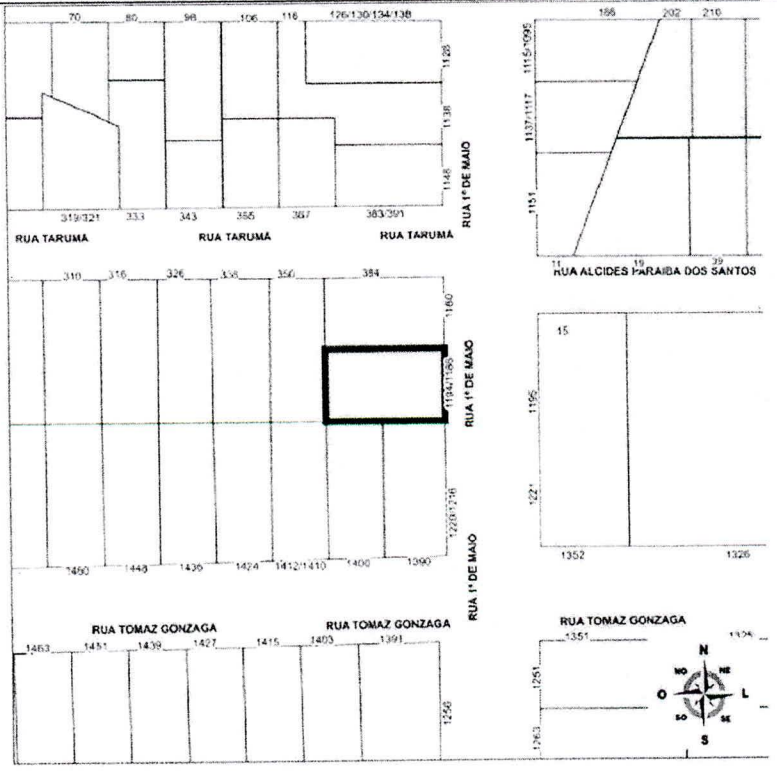
OFÍCIO	MATRÍCULA	QUADRA	LOTE	LOTEAMENTO
1	44777	0022	0200	BOA ESPERANCA III

INFORMAÇOES DO TERRENO

ÁREA:	372.66	FRENTE:	14.92	LATERAL DIREITA:	24.88
QUOTA:	372.66	FUNDOS:	14.97	LATERAL ESQUERDA:	24.99

MAPA DE LOCALIZAÇAO

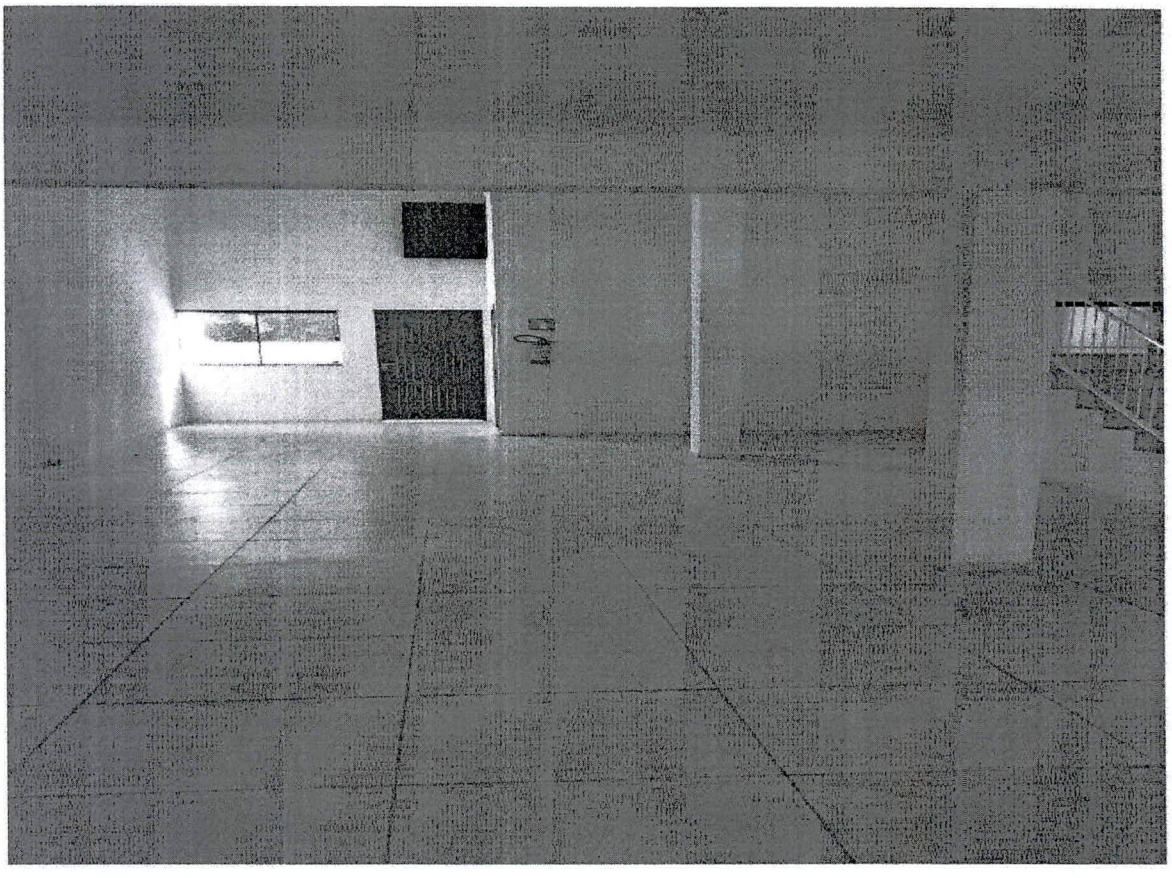
24°44'30.451"S
53°43'28.632"W

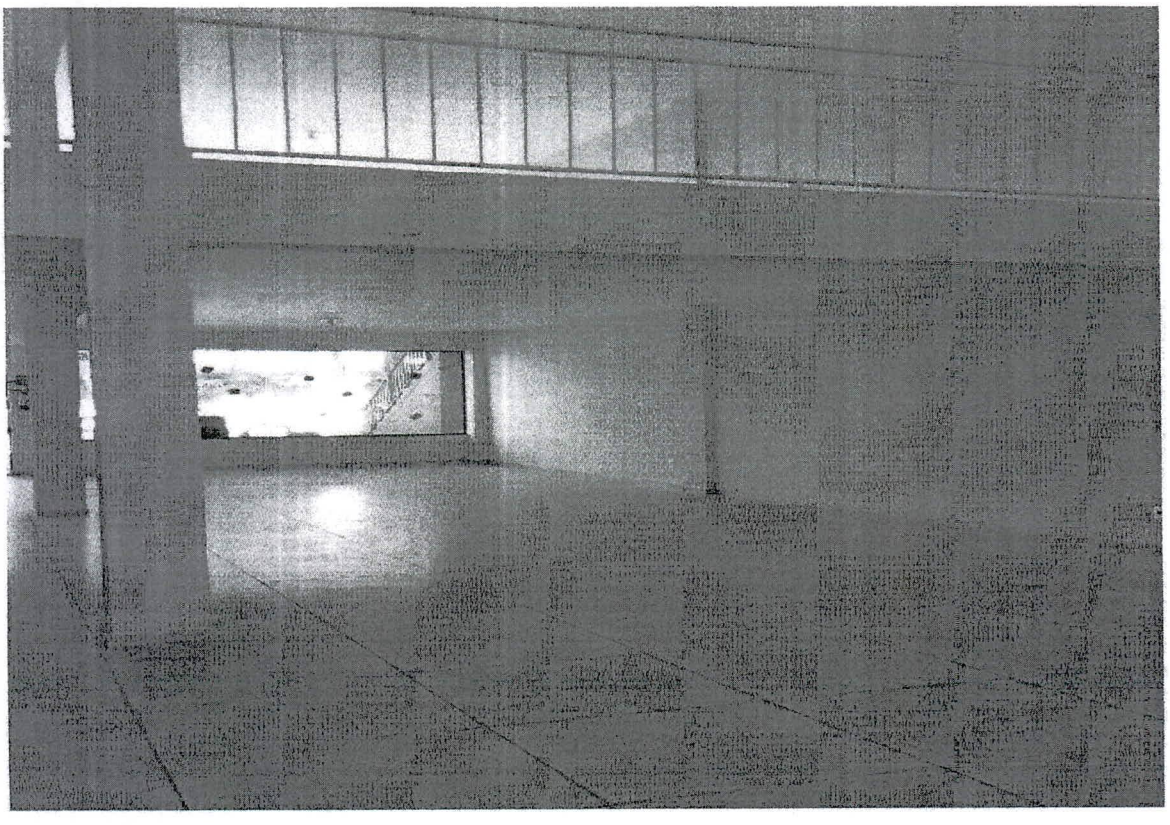


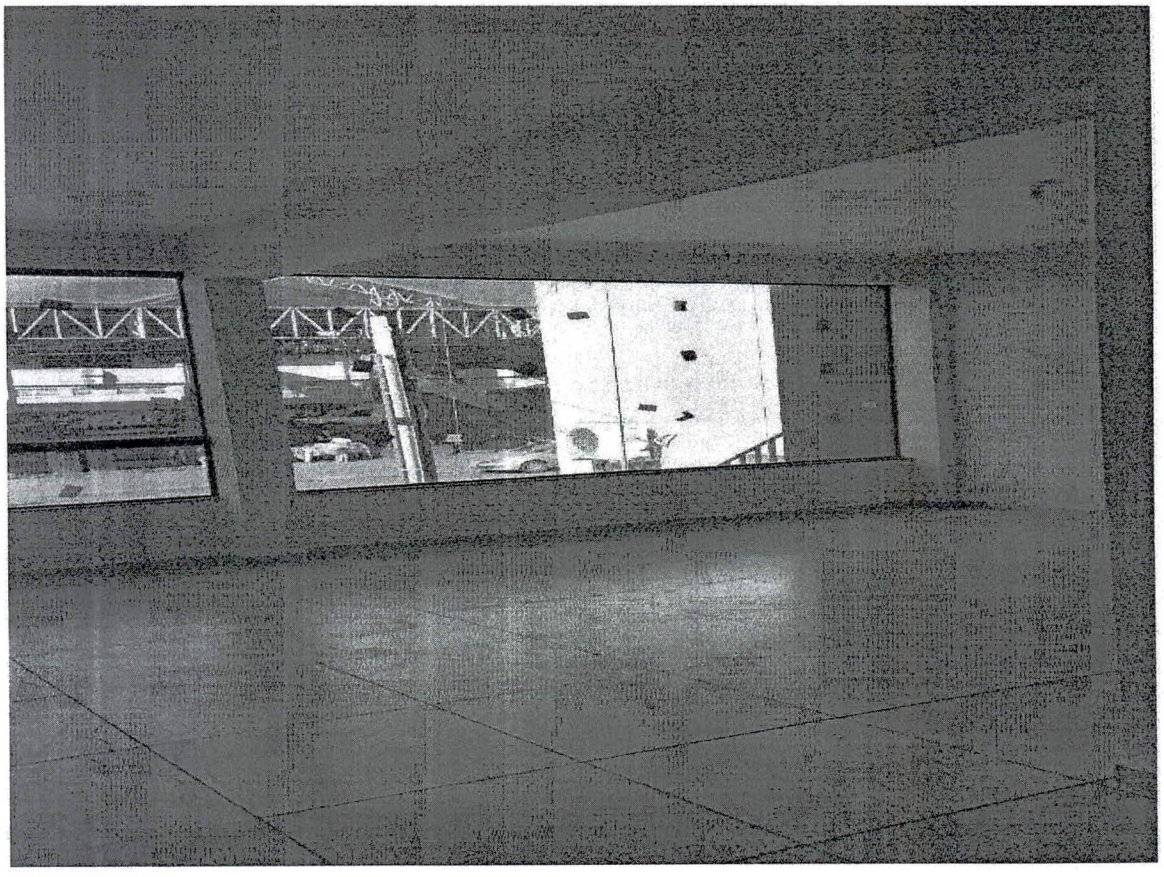
INFORMAÇOES DAS EDIFICAÇOES

EDIF.	ÁREA (M²)	MATERIAL	PAV.	ANO LANÇ.	ALVARÁ	DT.ALVARÁ	HABITE-SE	DT.HABITE-SE	SITUAÇÃO
1	390,15	Alv Simp	2	2023	664	23/06/2021	91	30/01/2023	REGULAR

Figura 01: Mapa de Localização do Condomínio 1° de Maio.







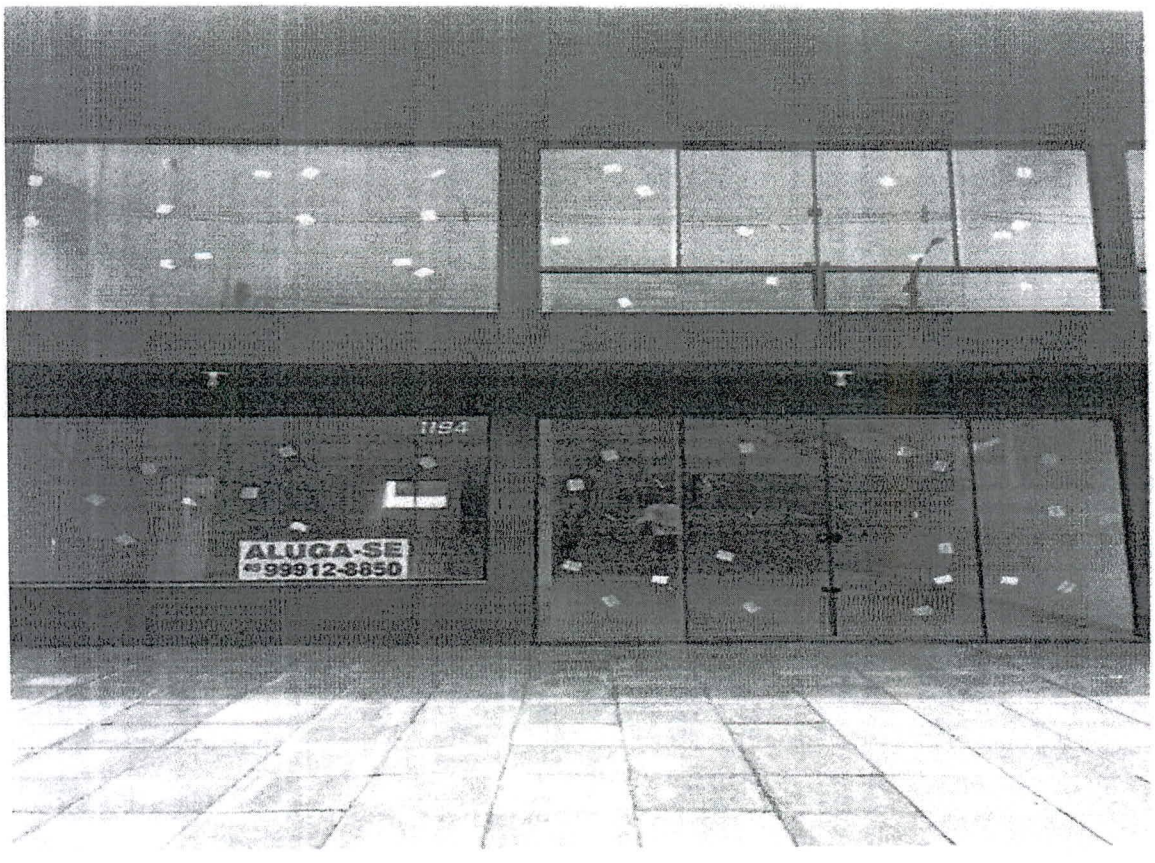

1184
ALUGA-SE
99912-8850



Figura 02: Fotos da Sala Comercial 01.

4. DESCRIÇÃO DA SALA COMERCIAL AVALIADA

A área total da edificação possui 194,77m² de área privativa e está situada no Condomínio 1° de Maio, localizada no Loteamento Boa Esperança III no Bairro Vila Pioneiro.

5. VISTORIA DA SALA COMERCIAL

A vistoria foi realizada na manhã do dia 09 de maio de 2023.

6. AVALIAÇÃO DO VALOR DE LOCAÇÃO DA SALA COMERCIAL

Os valores serão calculados pelo Método Comparativo Direto de Dados de Mercado, conforme NBR 14.653–2.

A pesquisa de mercado (Quadro Amostral 01) foi realizada no dia 09 de maio 2023, e concentrou-se em imóveis ofertados na mesma região, o que determinou qualidade para o quadro amostral, devido ao seguinte fator: amostras coletadas por meio de pesquisa de mercado.

Quadro Amostral 01 – Pesquisa de Mercado					
Amostra	Bairro	Área (m²)	Valor de Locação	Valor por metro quadrado (R$/m²)	Imobiliária
1	Centro	330,00	9.000,00	27,27	Aliança
2	Centro	220,00	5.000,00	22,73	Aliança
3	Centro	204,00	4.500,00	22,06	Panorama
4	Centro	280,00	8.000,00	28,57	Maximize (Ref.SA0156-MB3V)
5	Centro	256,24	6.500,00	25,37	Jenifer Araujo
6	Centro	152,00	4.500,00	29,61	Jenifer Araujo
			Média	**25,93**	

6.1 Determinação do Valor do m²:

Cálculo da Média Aritmética do Valor do m²

- MA = Total do R$/m² das 6 amostras, dividido por 6 amostras.
- $MA = \frac{R\$\ 155,61/m^2}{6}$
- **MA = R$ 25,93/m²**

  - **+20% - R$ 31,12 /m² - Limite Superior**
  - **-20% - R$ 20,75 /m² - Limite Inferior**

6.2 Determinação do Valor de Locação:

O Valor de Locação é determinado conforme segue:

Valor de Locação = Área da sala comercial para locação X Média Aritmética

Valor de Locação = 194,77 m² x R$ 25,93/m²

Valor de Locação = **R$ 5.051,11**

Valor de Locação = R$ 5.000,00 (Valor Arredondado)

7. CONCLUSÃO

É do entender dos Peritos Avaliadores que os valores de mercado para Locação, incluindo o valor do aluguel e taxas administrativas, da referida sala comercial é de:

VALOR MÉDIO ESTIMADO DE LOCAÇÃO DA SALA COMERCIAL:

R$ 5.000,00

(Cinco mil reais)

Limite Inferior = R$ 4.750,00

Limite Superior = R$ 5.250,00

(Valores sem honorários de corretagem)

8. ENCERRAMENTO

O presente parecer de avaliação é composto de 08 (oito) páginas, todas de um lado só, rubricada pelos avaliadores, que subscrevem esta última.

Toledo, 09 de maio de 2023.

WAGNER FERNANDES QUINQUIOLO
Portaria nº 124/2019

WILLIAM LUIZ FACHIM
Portaria nº 124/2019

STELLA TACIANA FACHIN
Portaria nº 124/2019

NORISVALDO PENTEADO DE SOUZA
Portaria nº 124/2019

WANDER DOUGLAS PIRES DE CAMARGO
Portaria nº 124/2019

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - CONTRATAÇÃO PARA EXECUÇÃO GLOBAL (MATERIAL E MÃO DE OBRA) DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS E FORRO DE GESSO ACARTONADO

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Secretaria de Políticas para Infância, Juventude, Mulher, Família e Desenvolvimento Humano através do presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Verifica-se a necessidade de instalar divisórias e forro em gesso acartonado e forro para garantir o isolamento acústico entre as salas da nova sede do Conselho Tutelar I, o que garante o sigilo nos atendimentos individuais à população, conforme projeto em anexo.

2.1 Justificativa para a contratação

Tendo em vista a mudança de endereço da sede do Conselho Tutelar e para melhor organização e divisão dos ambientes para o trabalho dos diferentes profissionais que atuam neste departamento, bem como prover de espaços adequados para guarda e armazenamento de materiais. Dessa forma, a contratação é de suma importância para garantir e manter o bom atendimento da unidade no Município de Toledo.

Considerando o disposto no Art. 55 da Lei Municipal nº 2.043, de 21 de outubro de

2010, que estabelece que o "Conselho Tutelar funcionará em espaço cedido pelo Poder Executivo municipal", e levando em consideração o Art. 32 da mesma lei, que atribui à Administração Pública Municipal a responsabilidade de garantir dotação orçamentária específica para a manutenção das despesas inerentes às atividades dos Conselhos Tutelares, bem como a Resolução nº 231, de 28 de dezembro de 2022, do CONANDA, que orienta a Lei Orçamentária Municipal a estabelecer um espaço adequado para a sede do Conselho Tutelar, seja por meio de aquisição, seja por locação, juntamente com sua manutenção. O objetivo do novo espaço é servir como sede do Conselho Tutelar I, atendendo às demandas para o funcionamento adequado da instituição.

Vale ressaltar que a sede antiga do Conselho Tutelar foi demandada pela Polícia Científica do Paraná em reuniões com representantes do Executivo Municipal para a implantação de uma sede regional da Polícia Científica em Toledo.

O local proporcionará espaço suficiente para a equipe de profissionais e oferecerá a infraestrutura necessária para a realização de atividades essenciais do Conselho, como reuniões e atendimentos individuais. Isso resultará em um serviço de proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes mais efetivo e alinhado às diretrizes estabelecidas pelos órgãos competentes, considerando a realização de atendimentos sigilosos, que não comprometam a confidencialidade das informações e a segurança dos envolvidos.

Considerando que as paredes de divisórias de gesso não só conferem melhor estética e acabamento, mas também proporcionam melhor isolamento acústico, o que garante o sigilo nos atendimentos individuais à população que demanda das políticas da SMDH.

A aquisição de material para montagem de divisórias nos prédios públicos ou locados pela prefeitura, se faz necessária principalmente para atender demanda de reestruturação e adequação dos espaços internos destes imóveis, tornando possível a criação de novas salas, visando melhorar as instalações e alocações dos departamentos adequando-os às reais necessidades de cada local. Considerando ainda a necessidade de aquisição e instalação de divisórias de gesso, diante de sua versatilidade e bom acabamento, as quais não só conferem melhor estética e acabamento, mas também proporcionam melhor isolamento acústico, o que

garante o sigilo nos atendimentos individuais à população. Considerando que os serviços objeto deste processo, são serviços comuns e que podem ser executados conforme necessidade da administração pública, dessa forma otimizando os recursos físicos e financeiros, bem como reduzindo o tempo de contratação; portanto, justifica-se o encaminhamento deste processo, a fim de atender a demanda existente.

Portanto, considerando a necessidade de cumprir as obrigações legais, melhorar as condições de trabalho, fortalecer a qualidade dos serviços prestados e manter uma atuação próxima às demandas do território de abrangência, justifica-se a contratação para a instalação de divisórias através de um processo de licitação.

2.2 Previsão no plano de contratações anual ou justificativa da ausência de previsão

O Município de Toledo ainda não dispõe de Plano de Contratações Anual, ou seja, não se aplica no momento.

2.3 Referência aos instrumentos de planejamento/programas/convênios da Secretaria ou Departamento (Objetivo/Iniciativa).

A contratação proposta neste Estudo Técnico Preliminar - ETP está prevista nos instrumentos de planejamento do Município (Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA), pois visa garantir a manutenção e a continuidade dos serviços e atividades do Conselho Tutelar, no âmbito do Município de Toledo.

2.4 Análise de contratações anteriores para identificar as inconsistências ocorridas.

Observa-se que foram realizadas contratações anteriores pela administração pública municipal em vários setores, em conformidade com a Lei nº 8.666/93, como detalhado a seguir:

Pregão Eletrônico nº 64/2023- REGISTRO DE PREÇOS, pelo período de 12 (doze) meses, para contratação de empresa especializada em execução de serviços de

paredes/divisórias de gesso acartonado, pintura, instalação de portas e aquisição de perfis e painéis para divisórias destinadas às unidades pertencentes a Secretaria de Saúde do Município de Toledo/PR.

Pregão Eletrônico nº 257/2022 - Registro de preços pelo período de 12 (doze) meses para contratação de empresa especializada em execução de serviços de paredes/divisórias de gesso acartonado, piso laminado, pintura e demais itens relacionados nas diversas unidades pertencentes a Secretaria de Assistência Social do Município de Toledo/PR.

Pregão Eletrônico nº 222/2022 - Contratação para execução global (material e mão de obra), dos serviços de instalação divisórias de gesso acartonado e acessórios para o CAPS II, localizado na Rua Almirante Barroso 2490, Centro, neste município de Toledo-PR.

Até o momento da elaboração deste documento, verifica-se que não houve inconsistências nestas contratações.

2.5 Requisitos necessários para a contratação

Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133/21, são requisitos necessário para a contratação:

Propriedades e características do objeto:

- Serviço de execução: Paredes divisórias de gesso acartonado (drywall), Standard - ST com duas faces simples e estrutura metálica com guias duplas de 9cm, com vãos. Sendo determinada quantidade, de acordo com o projeto, com lã de vidro/pet/rocha, com serviço de pintura com tinta acrílica sobre superfícies de divisórias de gesso acartonado, em duas demãos. Inclusa tinta de 1ª linha na cor escolhida pela contratante, limpeza de superfície, demais materiais e mão de obra; as caixas de luz deverão ter sido assentadas 2 mm salientes da face das paredes emboçadas.

- As paredes devem ter aplicação e lixamento de massa látex em duas demãos, bem como pintura com tinta latéx acrílica também em duas demãos;

- Fornecimento de portas, no tamanho 90x210cm, espessura 3,5cm, semi oca, com dobradiças, montagem e instalação de batente, fechadura com execução do furo. Com pintura Esmalte Sintético na cor Branca (similar a cor existente), uso interno, aplicação de 2 demãos;

- Fornecimento de portas tamanho 80x210cm, espessura 3,5cm, semi oca, com dobradiças, montagem e instalação de batente, fechadura com execução do furo. Com pintura Esmalte Sintético na cor Branca (similar a cor existente), uso interno, aplicação de 2 demãos;

- Serviço de execução: Forro em gesso acartonado estruturado, fixado em estrutura de aço, galvanizado reforçada, sem aramado ou outros tirantes/pendurais, devendo ficar totalmente suspenso apoiado nas paredes de gesso/alvenaria com estrutura de aço para apoio nas laterais, com serviço de pintura com tinta acrílica sobre superfícies de divisórias de gesso acartonado, em duas demãos. Inclusa tinta de 1ª linha na cor escolhida pela contratante, limpeza de superfície, demais materiais e mão de obra; Retirada e reinstalação de lâmpadas e outros dispositivos elétricos/eletrônicos;

- Incluso todo o material da estrutura, divisórias e demais relacionados, e serviço de instalação;

- Os materiais/serviços deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias, a contar da emissão da nota de empenho;

- Local de entrega será na nova sede do Conselho Tutelar I conforme descrito na nota de empenho;

- Todos os custos decorrentes de manuseio, embalagem, transportes, fretes, seguros, carga e descarga do material, desde a sua origem até o local de destino, inclusive as despesas de devolução do material entregue em desacordo ou com eventuais defeitos de fabricação, correrão por conta da Contratada;

- Responsabilidade técnica: A Contratada se responsabiliza tecnicamente pela execução dos serviços, considerando as peculiaridades dos diferentes ambientes em que estes serão executados, assim como a segurança (EPIS) e saúde dos seus funcionários ou contratados;
- De acordo com o CREA, as instalações de paredes de gesso são consideradas atividades de

engenharia e que o prestador deste serviço deverá possuir registro junto ao sistema CREA, contando com a responsabilidade técnica de um profissional habilitado e respectivo registro da competente ART.

- Para a realização destas adequações deverá conter declaração do proprietário autorizando o município a adequar o espaço conforme necessidade para uso.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado foi realizado por meio de pesquisas através do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, considerando aquisições similares realizadas por outros órgãos e entidades, visando à busca por tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração. Os parâmetros estabelecidos foram pregões relacionados no site supracitado, aplicados os filtros: ano da compra, descrição do item e escolhidos os pregões com data vigente / data da compra mais recente, conforme descritos abaixo:

- **PREGÃO 23/2023**: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Ituêto/MG;
- **PREGÃO 43/2023:** Prefeitura de Cachoeira do Sul/RS;
- **PREGÃO 08/2023:** Justiça Federal de 1ª Instância/GO;
- **PREGÃO: 05/2023**: Consórcio Intermunicipal de saúde Costa Oeste do Paraná;
- **PREGÃO 67/2019:** Prefeitura Municipal de Mandaguaçu/PR;
- **DISPENSA 4429/2023:** Prefeitura do Município de Cândido Mota/SP.

Conforme prevê o Decreto Municipal nº 722/2023:

> Art. 29 - As pesquisas de preços dos processos licitatórios serão realizadas mediante aplicação das seguintes referências e parâmetros, combinados ou não: I - obrigatoriamente, quando existente, o preço praticado em contratações da própria Administração Municipal, considerados eventuais reajustes, repactuações e reequilíbrios concedidos, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observada a correção do valor pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data da homologação do

certame, ou desde o último reajuste, repactuação ou reequilíbrio, até a data da pesquisa de preços;

Considerando a Ata de Registro de Preços **nº 525 de 2023**, vigente no município, do Pregão Eletrônico 64/2023 para contratação de empresa especializada em execução de serviços de paredes/divisórias de gesso acartonado, pintura, instalação de portas e aquisição de perfis e painéis para divisórias destinadas às unidades pertencentes a Secretaria de Saúde do Município de Toledo/PR. Na tabela abaixo valor calculado para a execução do serviço proposto neste estudo.

Tabela 1 – Valores extraídos da Ata de Registro de Preços 525/2023 vigente no Município

SERVIÇOS DE DIVISÓRIAS E FORRO EM GESSO ACARTONADO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 525/2023				
SERVIÇO	MEDIDA	QTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Serviço de execução de Paredes divisórias de gesso acartonado (drywall), Standard -ST, com duas faces simples e estrutura metálica com guias duplas de 9 cm, com vãos. Sendo determinada quantidade, de acordo com o projeto, com lã de vidro/pet/rocha, com serviço de pintura com tinta acrílica sobre superfícies de divisórias de gesso acartonado, em duas demãos. Incluso tinta de 1ª linha na cor escolhida pela contratante, limpeza de superfície, demais materiais e mão de obra. * Este serviço deverá incluir aplicação e lixamento de massa corrida para correção de imperfeições na superfície a ser pintada. (As paredes devem ter aplicação e lixamento de massa látex em duas demãos, bem como pintura com tinta latéx acrílica também em duas demãos.)	M²	132,42	R$ 180,00	R$ 23.835,60
Portas tamanho 90x210cm, espessura 3,5cm, semi oca, com dobradiças, montagem e instalação de batente, fechadura com execução do furo. Com pintura Esmalte Sintético na cor Branca (similar a cor exixtente), uso interno, aplicação de 3 demãos	Unidade	7	R$ 551,00	R$ 3.857,00

Porta tamanho 80x210cm, espessura 3,5cm, semi oca, com dobradiças, montagem e instalação de batente, fechadura com execução do furo. Com pintura Esmalte Sintético na Cor Branca similar a cor exixtente) , uso interno, aplicação de 3 demãos	Unidade	1	R$ 551,00	R$ 551,00
Serviço de execução de Forro em gesso acartonado estruturado, fixado em estrutura de aço, galvanizado reforçada, sem aramado ou outros tirantes/pendurais, devendo ficar totalmente suspenso apoiado nas paredes de gesso/alvenaria com estrutura de aço para apoio nas laterais, com vãos para as luminárias, deixando as mesmas já instaladas, com **serviço de pintura** com tinta acrílica sobre superfícies de divisórias de gesso acartonado, em duas demãos. Inclusa tinta de 1ª linha na cor escolhida pela contratante, limpeza de superfície, demais materiais e mão de obra. * Este serviço deverá incluir aplicação e lixamento de massa corrida para correção de imperfeições na superfície a ser pintada. * Haverá vão livre sem amarração, sendo necessário montagem de estrutura com montantes e guias de no mínimo 70mm em aço galvanizado, com distância máxima de 45 cm entre elas; * Incluso todo o material da estrutura, divisórias e demais relacionados, e serviço de instalação.	M²	23,46	R$ 100,00	R$ 2.346,00
				TOTAL: R$ 30.589,60

E com o intuito de confirmar se o preço contratado estaria compatível com o valor de mercado de modo a alcançar a economicidade, eficácia, eficiência, sustentabilidade e atender à necessidade da contratação buscou-se os orçamentos, numa estimativa de contratação descritos abaixo:

Tabela 2 – Orçamentos para execução global (material e mão de obra) de serviço de instalação de divisórias e forro em gesso acartonado

EMPRESA	CNPJ	VALOR
F. Ferreira Aplicações de Gesso Eireli	10.296.917/0001-39	R$ 77.782,40
Mundial Decorações Ltda (Arty Decorações)	05.298.788/0001- 88	R$ 61.939,60
Di Gesso	3.158.292/0001-20	R$ 36.934,90
Média dos Valores		**R$ 49. 437,25**

Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais e serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Estudo, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO

Considerando a indisponibilidade de mão de obra especializada no quadro de servidores para a execução dos serviços demandados, bem como a falta de equipamentos e ferramentas para a execução de tal atividade, será necessário contratar empresa especializada para a realização do serviço.

Para a conclusão da melhor solução foi considerado as divisórias e forro em gesso acartonado, gesso em placas, divisórias navais e forro em pvc e verificou-se que o gesso acartonado é o material mais adequado, visto que é utilizado para a instalação de Drywall e um dos tipos mais requisitados na construção civil. Um dos motivos, além da praticidade, é a sua grande variedade de tamanhos, formatos e aplicações. Esse segundo nome, acartonado, é devido ao uso de papel-cartão em seu revestimento. É um material pré-fabricado prático, pronto para obra e que não depende de argamassa. Suas vantagens são diversas, como por exemplo, ganho de espaço útil, facilidade no processo de instalação, e execução rápida e limpa, sendo ideal para a construção de sancas, forros, paredes, divisórias. Além disso, o gesso acartonado evita problemas de trincas e amarelamento,

apresenta facilidade de montagem e melhor função para instalações elétricas e hidráulicas. O sistema pode ser utilizado em ambientes de qualquer porte, ao contrário das placas de gesso comum, que são recomendadas apenas para ambientes pequenos.

A especificação dos itens a serem adquiridos foi determinada segundo os padrões normais de mercado, não contendo característica que possa tornar o produto exclusivo ou de difícil encontro no mercado, porém, acautelamos para que a especificação adotada não se mostre insuficiente a ponto de resultar numa contratação desvantajosa e ineficaz sob as perspectivas e necessidades da Administração.

Este estudo evidencia que se levando em conta as características do serviço pretendido de possuir padrões de desempenhos e qualidades que podem ser objetivamente definidos por edital, através das especificações usuais de mercado, poderá ser adquirido pela modalidade de Pregão, do tipo eletrônico, a qual encontra fundamento no artigo 6°, §13 da Lei nº 14.133/21:

> *"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: (...) XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado; (...) XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto; XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras." (art. 6º, Lei N.º 14.133/2021).*

O mesmo desempenhado por outras secretarias municipais, conforme descritas em contratações anteriores pela administração pública.

4.1 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

As quantidades foram estipuladas baseando-se no PROJETO ARQUITETÔNICO -

REFORMA SALA COMERCIAL PARA ABRIGAR O CONSELHO TUTELAR, realizado pela Secretaria do Planejamento Estratégico em maio de 2023, anexo neste Estudo.

QUADRO DE ÁREAS	
FORRO EM GESSO ACARTONADO	A:23,46 M²
PAREDE DE GESSO ACARTONADO	A: 132,42M²

QUADRO DE ESQUADRIAS				
TIPO	DIMENSÕES	FUNCIONAMENTO	MATERIAL	QUANTIDADE
P1	80X210	ABRIR	MADEIRA	1
P2	90X210	ABRIR	MADEIRA	7

4.2 ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Com a finalidade da definição do preço máximo para processo de contratação conforme especificações e quantidades estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar, foi definido valor para sugestão de preço inicial, optando-se tanto pela média aritmética dos valores, quanto dos parâmetros coletados no mercado e pesquisas realizadas, sempre respeitando uma margem aceitável sobre os valores vigentes que o Município tem firmado. Para o qual, também, quando há grande variação entre os valores apresentados, excluiu-se os valores excessivamente elevados e inexequíveis. O valor foi definido pela média simples dos orçamentos coletados, calculado com a média do valor vigente no município e será de R$ 40.013,42 (quarenta mil e treze reais e quarenta e dois centavos).

5. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Considerando as características do objeto a ser contratado, não haverá parcelamento, visto que as características dos itens perfazem a instalação do material, seus acessórios,

montagem e desmontagem, ao passo que seria inviável a contratação de modo isolado desses itens. Dessa forma, optou-se pela modelagem da licitação GLOBAL, visando preservar a economia de escala, uma vez que os itens agrupados possuem a mesma natureza e guardam relação entre si, afastando possíveis prejuízos à competitividade, ao mesmo tempo em que exerce maior atratividade perante os licitantes.

6. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Não há providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato.

7. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Os resultados pretendidos nesta contratação será que ao final da execução do objeto, o Conselho Tutelar I esteja em conformidade com as normas de segurança, livre de riscos estruturais e apresentando um bom aspecto visual, contribuindo assim para a qualidade e funcionalidade do espaço, ou seja, mantendo seu pleno funcionamento, garantindo o que consta no disposto do Art. 55 da Lei Municipal nº 2.043, de 21 de outubro de 2010, que estabelece que o "Conselho Tutelar funcionará em espaço cedido pelo Poder Executivo municipal", e considerando o Art. 32 da mesma lei, que atribui à Administração Pública Municipal a responsabilidade de garantir dotação orçamentária específica para a manutenção das despesas inerentes às atividades dos Conselhos Tutelares, bem como a Resolução nº 231, de 28 de dezembro de 2022, do CONANDA, que orienta a Lei Orçamentária Municipal estabelecendo um espaço adequado para a sede do Conselho Tutelar, seja por meio de aquisição, seja por

locação, juntamente com sua manutenção.

A nova instalação foi projetada para abrigar o Conselho Tutelar I, atendendo plenamente às necessidades de funcionamento adequado dessa instituição. O espaço é amplo o suficiente para acomodar toda a equipe de profissionais e oferece a infraestrutura necessária para a realização das atividades do conselho, incluindo reuniões e atendimentos individuais.

9. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

De acordo com o objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário que a Contratada atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores quanto à sua atividade, especialmente ao descarte adequado dos resíduos resultantes.

10. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO E VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação se mostra VIAVÉL, uma vez que não há restrições quanto às especificações dos itens, os quais possuem amplo mercado de oferta com vários fornecedores e com base nos elementos anteriores apresentados. Corresponde às reais necessidades da Secretaria de Políticas para Infância, Juventude, Mulher, Família e Desenvolvimento Humano, além de garantir os direitos previstos por lei.

Em complemento, os requisitos listados atendem adequadamente às demandas formuladas, os custos previstos são compatíveis tendo a disponibilidade orçamentária e os riscos identificados são administráveis, pelo que SE RECOMENDA o prosseguimento da pretensão contratual.

Toledo, 05 de setembro de 2023.

Equipe responsável (eis) pela elaboração

assinado eletronicamente
SAMARA VILLAS BOAS GOBBI
Assistente Social
Matrícula: nº 871681

assinado eletronicamente
ANDERSON DE LUNA PEREIRA
Analista em Administração e Planejamento I
Matrícula: nº 859991

Aprovação

O presente Estudo Técnico Preliminar já assinado pelos responsáveis por sua elaboração, fica devidamente aprovado pela autoridade competente.

assinado eletronicamente
ROSIANY FAVARETO
ORDENADORA DE DESPESA
Secretária de Políticas para a Infância, Juventude,
Mulher, Família e Desenvolvimento Humano

Assinaturas

equiplano

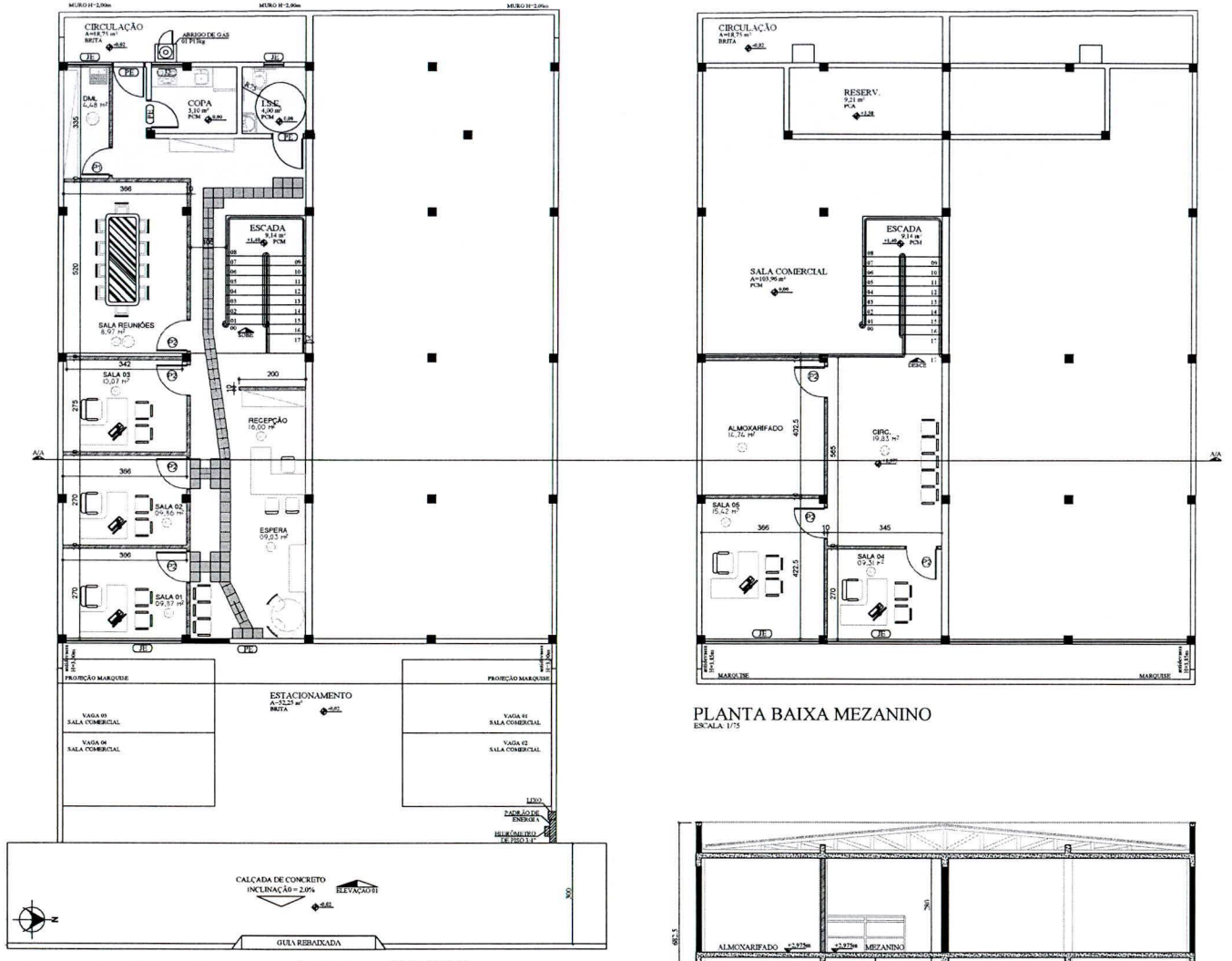
Documento: 30889/2023 - ETP - DIVISÓRIAS.pdf
Data: 05/09/2023 09:26:49 Situação: Concluído

O documento foi assinado por ANDERSON DE LUNA PEREIRA na data 05/09/2023 09:28.
Assinatura realizada através do login do usuário.
Para mais informações, acessar o link:
http://equiplanoweb.toledo.pr.gov.br/tramitacaoProcesso/#/consulta-anexo-assinado/entidade/136/documento/30889/2023

O documento foi assinado por ROSIANY FAVARETO na data 05/09/2023 09:29. Assinatura realizada através do login do usuário.
Para mais informações, acessar o link:
http://equiplanoweb.toledo.pr.gov.br/tramitacaoProcesso/#/consulta-anexo-assinado/entidade/136/documento/30889/2023

O documento foi assinado por SAMARA VILLAS BOAS GOBBI na data 05/09/2023 09:30.
Assinatura realizada através do login do usuário.
Para mais informações, acessar o link:
http://equiplanoweb.toledo.pr.gov.br/tramitacaoProcesso/#/consulta-anexo-assinado/entidade/136/documento/30889/2023

equiplano



PLANTA BAIXA PAVIMENTO TÉRREO
ESCALA 1/75

PLANTA BAIXA MEZANINO
ESCALA 1/75

CORTE A/A
ESCALA/1:75

LEGENDA:

- PAREDE DE GESSO COM TRATAMENTO ACÚSTICO
- AR CONDICIONADO
- FORRO DE PVC

QUADRO DE ESQUADRIAS				
PORTAS - A EXECUTAR				
TIPO	DIMENSÕES	FUNCIONAMENTO	MATERIAL	QUANT.
P1	80X210	ABRIR	MADEIRA	1
P2	90X210	ABRIR	MADEIRA	7

QUANTITATIVO	
PISO TÁTIL DE ALERTA	30 UN.
PISO TÁTIL DIRECIONAL	46 UN.

QUADRO DE ÁREAS	
FORRO DE PVC	A: 23,46 M²
PAREDE DE GESSO	A: 132,42 M²

ORGÃOS PUBLICOS:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná
Secretaria do Planejamento Estratégico

R. Raimundo Leonardi, 1586
cep 85900-110,
Fone (045) 277 8800
Toledo PR

Secretaria do Planejamento Estratégico

PROJETO ARQUITETÔNICO

REFERÊNCIA: PLANTA BAIXA

OBRA: REFORMA SALA COMERCIAL PARA ABRIGAR O CONSELHO TUTELAR

LOCAL: RUA 1° DE MAIO, LOTE 0200, QUADRA 0022, LOTEAMENTO BOA ESPERANÇA III, TOLEDO-PR.

PROPR.: MUNICÍPIO DE TOLEDO

PRANCHA: ÚNICA

SITUAÇÃO:



PROJETO:

RESP. TÉCNICO:

ESTATÍSTICAS:

PROPRIETÁRIO:
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

PROJETO: MAIO 2023

ESCALA: INDICADA

DESENHO: PLANEJAMENTO

CONTRATO Nº 1022/2023

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE TOLEDO** e **CITADIN IMÓVEIS EIRELI**, na forma abaixo.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TOLEDO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Raimundo Leonardi, nº 1586, Município de Toledo, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.205.806/0001-88, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT**, residente e domiciliado nesta cidade, portador da CI/RG nº 3.484.856-4 SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob nº 483.580.029-04, pelo **Sra. ROSIANY FAVARETO**, na condição de Secretária de Políticas Para Infância, Juventude, Mulher, Família e Desenvolvimento Humano, de acordo com a Portaria nº 48, de 20 de janeiro de 2023, residente e domiciliada na Rua Luiz Woiski, nº 223, Jardim Coopagro, neste Município, portadora da CI/RG sob nº 7.950.980-9 SSP/PR e inscrita no CPF/MF nº 037.653.909-76, a contar de 22/01/2023.

CONTRATADA: CITADIN IMÓVEIS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Largo São Vicente de Paulo, nº 1066, sala 02B – Centro, CEP:85900-215, na cidade de Toledo/PR, fone: (45) 3252-3241, inscrita no CNPJ/MF sob nº 25.177.399/0001-01, neste ato representada pelo **Sr. HEITOR ANTONIO CITADIN**, na condição de Socio administrador, residente e domiciliado na Rua General Rondon 2097 – Jardim La Salle, na cidade de Toledo/PR, portador da CI/RG nº 6255 SSP/PR e do CPF/MF nº 334.859.175-15, fone: (45) 9912-8850, e-mail: citadinimoveis@gmail.com.

CLÁUSULA I – OBJETO

Locação de imóvel da empresa CITADIN IMÓVEIS EIRELI, inscrita sob o CNPJ 25.177.399/0001-01, sala comercial nº 01, situada no Condomínio Terminal 1º de Maio no Loteamento Boa Esperança III, Bairro Vila Pioneiro, no Município de Toledo, com área total de 194,77m², conforme matrícula 44.777 do 1º Serviço de Registro de Imóveis (Comarca de Toledo/PR) por meio de processo de Inexigibilidade de Licitação com a finalidade de instalar o Conselho Tutelar I conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Qtde	Unidade	Preço	Preço máximo
01	1565	Locação de Imóvel: Sala comercial nº 01, situada no Condomínio Terminal 1º de Maio no Loteamento Boa Esperança III, Bairro Vila Pioneiro, no Município de Toledo, com área total de 194,77m², com a finalidade de instalar a nova sede do Conselho Tutelar I	1	UN	5.000,00	60.000,00

CLÁUSULA II - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato está sendo firmado com fundamento na Lei Nº 14.133/21, e de acordo com as conclusões do **Processo de Inexigibilidade Nº 064/2023**, aplicando-se ainda, os princípios inerentes aos contratos administrativos.

CLÁUSULA III – VALOR

O custo estimado total da contratação é de R$ R$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensais, totalizando R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) por um período de 12 meses, conforme custos unitários apostos na tabela descrita acima.

Parágrafo Primeiro

Para efeito de verificar a razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração Pública apresentamos o Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica, que demonstram que o preço proposto é o praticado no mercado para a prestação do referido serviço ou pelo próprio fornecedor, nos termos do Decreto Municipal nº 722, de 22 de fevereiro de 2023.

Parágrafo Segundo

Os recursos para assegurarem os pagamentos deste contrato são oriundos da seguinte dotação orçamentária:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2023	3630	07.001.14.243.0015.6051	0	3.3.90.39.10.00	Do Exercício

CLÁUSULA IV - DA EXECUÇÃO

O prazo de locação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até 05 (cinco) anos, na forma dos artigos 105 e 106 da Lei nº 14.133/2021. O prazo de vigência será de 13 (treze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

Parágrafo Primeiro

O pagamento inicial do aluguel será condicionado a aprovação da Lei autorizativa para realizar as adequações necessárias. O contrato será extinto caso a Lei autorizativa não seja aprovada.

Parágrafo Segundo

Subcontratação: Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Parágrafo Terceiro

Garantias Contratuais: Não haverá exigência de garantia contratual da execução dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, em razão vulto da contratação.

CLÁUSULA V – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

O objeto será medido de forma mensal através de relatório da fiscalização atestando a utilização do imóvel; O pagamento será realizado a partir do atesto pelo Fiscal do Contrato.

CLÁUSULA VI – DA FORMA, CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

Parágrafo Primeiro

O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Parágrafo Segundo

O pagamento será condicionado ao atendimento ao disposto na IN nº 001/2022-SEFA e nº 002/2022-SEFA alterações (disponível no link https://www.toledo.pr.gov.br/portal/fazenda).

Parágrafo Terceiro

Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

I = (TX / 100) / 365

EM = I x N x VP, em que:

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA VII – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

Parágrafo Primeiro

Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

Parágrafo Segundo

O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) O prazo de validade;

b) A data da emissão;

c) Os dados do contrato e do órgão contratante;

d) O período respectivo de execução do contrato;

e) O valor a pagar; e

f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Parágrafo Terceiro

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

Parágrafo Quarto

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

Parágrafo Quinto

Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:

a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Parágrafo Sexto

Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Parágrafo Sétimo

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Parágrafo Oitavo

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Parágrafo Nono

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Parágrafo Décimo

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Parágrafo Décimo Primeiro

A contratada deve observar:

a) Reter IR Pessoa Jurídica conforme Decreto Municipal n.º 891/2023, ou apresentar amparo legal para abatimentos ou para a não retenção.

b) Verificar Instruções Normativas da Secretaria de Fazenda e suas alterações.

CLÁUSULA VIII – DA GESTÃO DO CONTRATO:

a) O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

b) As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

c) A secretaria ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

d) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

I. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

II. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

e) O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

f) O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

g) Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

h) A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

i) O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
j) O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

I. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

k) O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
l) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

I. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

m) O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
n) Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
o) O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
p) O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstam o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
q) O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
r) O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
s) O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
t) O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do Contrato. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Parágrafo Primeiro

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Parágrafo Segundo

No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Parágrafo Terceiro

Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Parágrafo Quarto

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Parágrafo Quinto

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA IX - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) É de responsabilidade do LOCADOR (proprietário) do imóvel o pagamento do IPTU.
b) Notificar, formal e tempestivamente, o LOCATÁRIO sobre irregularidades observadas.
c) Disponibilizar todas as informações necessárias para a correta execução do objeto.
d) O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
e) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
f) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
h) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
i) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
j) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
k) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA X - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:
a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
e) Comunicar à empresa para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
g) Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
h) Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
i) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
j) Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 10 (dez) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
k) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
l) Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.
m) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
n) O imóvel é locado exclusivamente para uso do LOCATÁRIO, ficando proibida a mudança de destinação, a cessão da locação, sublocação e o empréstimo do imóvel, sem o prévio consentimento por escrito do LOCADOR.
o) Ao findar a locação, o locatário deverá devolver o imóvel nas mesmas condições que recebeu.
p) Além do aluguel acima ajustado será de responsabilidade do LOCATÁRIO o pagamento de água e luz.
q) Cumprir com a data de execução determinada neste Termo de Referência;
r) Responsabilizar-se, integralmente, pela execução do objeto, conforme legislação vigente;
s) Cumprir os postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual e municipal.

CLÁUSULA XI – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

Nos termos da Lei Municipal nº. 2.119 de 18 de janeiro de 2013 e demais legislações pertinentes à corresponsabilidade dos agentes públicos envolvidos, firma o presente contrato, juntamente com o Senhor Prefeito Municipal, a **Secretária de Políticas para Infância, Juventude, Mulher, Família e Desenvolvimento Humano**, obrigando-se ao cumprimento do contido no art. 3º e incisos da referida Lei Municipal relativo ao objeto deste contrato.

Parágrafo Único

Fica designado como fiscal do contrato, a servidora Jennifer Thays Chagas Teixeira, e a servidora Kaira Carla Sikora como fiscal suplente.

CLÁUSULA XII – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) Der causa à inexecução total do contrato;
d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e) Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo Primeiro

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).
d) Multa:

I. Moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
II. Moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
III. O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021
IV. Compensatória de 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

Parágrafo Segundo

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º)

Parágrafo Terceiro

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).
b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Parágrafo Quarto

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Quinto

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Sexto

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo Sétimo

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

Parágrafo Oitavo

O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

Parágrafo Nono

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Décimo

Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA XIII - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

a) O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

b) A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Parágrafo Primeiro

Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

Parágrafo Segundo

O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

Parágrafo Terceiro

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Parágrafo Quarto

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Quinto

O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

b) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
c) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
d) Indenizações e multas.

CLÁUSULA XIV - CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

O licitante/CONTRATANTE deve observar e o contratado deve observar e fazer observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, cabendo-lhes a obrigação de afastar, reprimir e denunciar toda e qualquer prática que possa caracterizar fraude ou corrupção, em especial, dentre outras:

a) "**prática corrupta**": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "**prática fraudulenta**": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "**prática colusiva**": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "**prática coercitiva**": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "**prática obstrutiva**": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

CLÁUSULA XV – DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica eleito o Foro da Comarca de Toledo/PR., com renúncia de qualquer outro, para dirimir as dúvidas ou questões decorrentes deste contrato.

LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

ROSIANY FAVARETO
SECRETÁRIA DE POLÍTICAS PARA INFÂNCIA, JUVENTUDE,
MULHER, FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO

HEITOR ANTONIO CITADIN
CITADIN IMÓVEIS EIRELI / CONTRATADA

Assinaturas

Processo: 10312/2023 Data: 05/07/2023 15:02:56 Situação: Encaminhado
Requerente: SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA INFÂNCIA, JUVENTUDE,
Contato: SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA INFÂNCIA, JUVENTUDE, MULHER, FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO -
Assunto: Inexigibilidade - Dispensa
Descrição: Solicitação 5412/2023 Inexigibilidade Aluguel Conselho Tutelar I

O documento foi assinado por ROSIANY FAVARETO na data 14/09/2023 16:11. Assinatura realizada através do login do usuário.
Para mais informações, acessar o link:
http://equiplanoweb.toledo.pr.gov.br/tramitacaoProcesso/#/consulta-anexo-assinado/entidade/136/anexo/10312/26/2023

O documento foi assinado por LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT na data 19/09/2023 17:02. Assinatura realizada através do login do usuário.
Para mais informações, acessar o link:
http://equiplanoweb.toledo.pr.gov.br/tramitacaoProcesso/#/consulta-anexo-assinado/entidade/136/anexo/10312/26/2023

03600	000 0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	21.488,63				
	3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		100,00			
03610	000 0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	100,00				
	3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		100,00			
03620	000 0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	100,00				
	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		107.000,00			
03630	000 0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	107.000,00				
	3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		2.350,00			
03640	000 0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	2.350,00				
	3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		100,00			
03650	000 0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	100,00				
	4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL					100,00
	4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS					100,00
	4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS				100,00	
	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		100,00			
03660	000 0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	100,00				

FUNÇÃO: 14 DIREITOS DA CIDADANIA
SUBFUNÇÃO: 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
PROGRAMA: 0015 GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
PROJETO/ATIVIDADE: 14.244.0015.1-052 INFRAESTRUTURA DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO TOTAL P/A: 1.000.000,00
OBJETIVO: Construção de estrutura física para o Gabinete da Secretaria de Políticas para Infância, Juventude, Mulher, Família e Desenvolvimento Humano; Reformas e melhorias nos espaços dos Centros da Juventude; Reforma de espaços vinculados à Secretaria; entre outros.

	4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL					1.000.000,00
	4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS					1.000.000,00
	4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS				1.000.000,00	
	4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES		1.000.000,00			
03670	000 0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	1.000.000,00				

FUNÇÃO: 14 DIREITOS DA CIDADANIA
SUBFUNÇÃO: 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
PROGRAMA: 0015 GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
PROJETO/ATIVIDADE: 14.244.0015.2-053 APOIO E INCENTIVO A ÓRGÃOS DE CONTROLE SOCIAL E DEFESA DE GARANTIA DE DIREITOS - SMDH TOTAL P/A: 60.482,12
OBJETIVO: Realizar Fóruns e Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Juventude, da Pessoa Idosa, dos Direitos das Mulheres e da Pessoa com Deficiência; Fomentar a capacitação de Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), da Juventude (COMJUTO), da Pessoa Idosa (CMDI), dos Direitos das Mulheres (CMDM) e da Pessoa com Deficiência (CMPCD); Manter as atividades realizadas pelo CMDCA, COMJUTO, CMDM, CMDI, CMPCD; Proporcionar equipamentos e estrutura física adequados para o atendimento da Secretaria Executiva dos Conselhos: CMDCA, COMJUTO, CMDM, CMDI, CMPCD, no que tange aos assuntos relacionados ao funcionamento do Conselho, apoio técnico, legislações pertinentes e controle social; Pagamento de diárias, hotel, transporte, inscrição e alimentação em eventos e reuniões para Conselheiros do CMDCA, COMJUTO, CMDM, CMDI, CMPCD, além de pró-labore para palestrantes.

	3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES					60.382,12
	3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES					60.382,12
	3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS				60.382,12	
	3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL		100,00			
03680	000 0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	100,00				
	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO		2.338,12			
03690	000 0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	2.338,12				
	3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		100,00			
03700	000 0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	100,00				
	3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		53.344,00			
03710	000 0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	53.344,00				
	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		4.500,00			
03720	000 0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	4.500,00				
	4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL					100,00
	4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS					100,00
	4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS				100,00	
	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		100,00			
03730	000 0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	100,00				



Di Gesso

Orçamento 104-2023

Anderson

Cliente: Secretaria de Desenvolvimento Humano de Toledo

Materiais

Descrição	Unidade	Preço unitário	Qtd.	Preço
Forro gesso acartonado com estrutura de perfis montantes70 mm duplos com espaçamento a cada 40 cm,com massa corrida e Pintura tinta acrílica fosca	m²	R$ 150,00	23,42	R$ 3.513,00
Divisória gesso acartonado com montantes e guias 90mm espaçados a cada 60 cm com lã de vidro 40mm,massa corrida e pintura tinta acrílica látex fosca	m²	R$ 195,00	132,42	R$ 25.821,90
Jogo de porta madeira completa semi oca ivernizada incolor 90x210	un.	R$ 950,00	7,00	R$ 6.650,00
Porta madeira semi oca 80x210 completa ivernizada incolor		R$ 950,00	1,00	R$ 950,00
	Total			**R$ 36.934,90**

Pagamento

Meios de pagamento

Transferência bancária, dinheiro ou pix.

Informações adicionais

Não consta no orçamento Fiação elétrica e luminárias, apenas a mão de obra de instalação no forro das mesmas.
Dados para depósito.
Banco Sicoob
Ag 4351 Conta 531715
Gaudio Aparecido Laguna
Pix cnpj: 39158292000120

Toledo, 31/08/2023

Di Gesso
Gaudio Laguna

GAUDIO APARECIDO LAGUNA 91369061900
CNPJ: 39.158.292/0001-20
Rua Itália Piovesan Pasqualli, 12
Jardim Gisela, Toledo-PR
CEP 85905-610

gessodigesso@hotmail.com
+55 (45) 3278-7369
+55 (45) 99922-5308

Gmail

Desenvolvimento Humano <smdh.adm@gmail.com>

Cotação de preços

Arty Decorações <contato@artydecoracoes.com.br>
Para: Desenvolvimento Humano <smdh.adm@gmail.com>

24 de agosto de 2023 às 14:30

Segue orçamento

[Texto das mensagens anteriores oculto]
—

Bom dia!

Segue em anexo orçamento.

Aguardo confirmação do recebimento.

Grata

Luana Carlini

Departamento Financeiro/Administração

Arty
DECORAÇÕES
45 3037-4816 / 3225-4816

MUNDIAL DECORAÇÕES LTDA - ME

Carpets - Divisórias naval Eucatex - Forros em PVC – Persiana Vertical/ Horizontal e especiais - Pisos Laminados – Pisos Vinílicos Grama Sintética - Paviflex - Portas Sanfonadas - Drywall (Gesso Acartonado) em forro e parede - rodapés - molduras de Isopor Papel de parede e tecido de parede -

Rua General Osorio, 1554 - Pq São Paulo

CEP: 85803-790 - Cascavel -Pr

Fone: (45) 3037-4816 / Fax 3225-4816

Whats: (45) 9972-0155

e-mail : contato@artydecoracoes.com.br

Site: www.artydecoracoes.com.br

ORÇAMENTO (1).xlsx
14K

SERVIÇOS DE DIVISÓRIAS E FORRO EM GESSO ACARTONADO

SERVIÇO	MEDIDA	QTIDADE	VALOR UM	VALOR TOTAL
Serviço de execução de Paredes divisórias de gesso acartonado (drywall), com duas faces simples e estrutura metálica com guias duplas de 9m, com vãos. Sendo determinada quantidade, de acordo com o projeto com lã de vidro/pet/rocha, com serviço de pintura com tinta acrílica sobre superfícies de divisórias de gesso acartonado, em duas demãos. Incluso tinta de 1ª linha na cor escolhida pela contratante, limpeza de superfície, demais materiais e mão de obra. * Este serviço deverá incluir aplicação e lixamento de massa corrida para correção de imperfeições na superfície a ser pintada. (As paredes devem ter aplicação e lixamento de massa látex em duas demãos, bem como pintura com tinta latéx acrílica também em duas demãos.)	M²	132,42	380,00	50.319,60
				-
Portas tamanho 90x210cm, espessura 3,5cm, semi oca, com dobradiças, montagem e instalação de batente, fechadura com execução do furo. Com pintura verniz (incolor) alquídico em madeira, uso interno, aplicação de 3 demãos	Unidade	7	1.430,00	10.010,00
				-
Portas tamanho 80x210cm, espessura 3,5cm, semi oca, com dobradiças, montagem e instalação de batente, fechadura com execução do furo. Com pintura verniz (incolor) alquídico em madeira, uso interno, aplicação de 3 demãos	Unidade	1	1.610,00	1.610,00
				-
Serviço de execução de Forro em gesso acartonado estruturado, fixado em estrutura de aço, galvanizado reforçada, sem aramado ou outros tirantes/pendurais, devendo ficar totalmente suspenso apoiado nas paredes de gesso/alvenaria com estrutura de aço para apoio nas laterais, com vãos para as luminárias, deixando as mesmas já instaladas, com serviço de pintura com tinta acrílica sobre superfícies de divisórias de gesso acartonado, em duas demãos. Incluso tinta de 1ª linha na cor escolhida pela contratante, limpeza de superfície, demais materiais e mão de obra. * Este serviço deverá incluir aplicação e lixamento de massa corrida para correção de imperfeições na superfície a ser pintada. * haverá vão livre sem amarração, sendo necessário montagem de estrutura com montantes e guias de no mínimo 70mm em aço galvanizado, com distância máxima de 45 cm entre elas; * incluso todo o material da estrutura, divisórias e demais relacionados, e serviço de instalação.	M²	23,46	355,00	
				61.939,60

GESSO ÁGAPE
DRYWALL • PVC • ISOPOR • ACÚSTICA

F. FERREIRA APLICAÇÕES DE GESSO EIRELI
CNPJ: 10.296.917/0001-39 / INSC. EST.: 90.571.889-41

AV. CARMEN MIRANDA Nº 5269 – CONJUNTO RESIDENCIAL CIDADE ALTA
CEP: 87.053-000 – MARINGÁ – PARANÁ
FONE: (44) 3034-8688
E-MAIL: vendas.gessoagape@outlook.com

ORÇAMENTO / COTAÇÃO

À Prefeitura Municipal de Toledo/PR
Prezados Senhores,

A Empresa **F. FERREIRA APLICAÇÕES DE GESSO EIRELI,** com sede na Av. **AV. CARMEN MIRANDA, nº 5269, Conjunto Residencial Cidade Alta,** CEP: **87.053-000**, Cidade de Maringá - PR, inscrita no CNPJ sob nº. **10.296.917/0001-39**, abaixo assinada por seu representante legal, conforme solicitação da estimada prefeitura, apresenta o seguinte orçamento/cotação:

Descrição do Produto	Unid.	Quant.	Preço Unitário	Valor total
Serviço de execução de Paredes divisórias de gesso acartonado (drywall), com duas faces simples e estrutura metálica com guias duplas de 9m, com vãos. Sendo determinada quantidade, de acordo com o projeto com lã de vidro/pet/rocha, com serviço de pintura com tinta acrílica sobre superfícies de divisórias de gesso acartonado, em duas demãos. Incluso tinta de 1ª linha na cor escolhida pela contratante, limpeza de superfície, demais materiais e mão de obra. * Este serviço deverá incluir aplicação e lixamento de massa corrida para correção de imperfeições na superfície a ser pintada. (As paredes devem ter aplicação e lixamento de massa látex em duas demãos, bem como pintura com tinta latéx acrílica também em duas demãos.)	M²	132,42	R$ 430,00	R$ 56.940,60
Portas tamanho 90x210cm, espessura 3,5cm, semi oca, com dobradiças, montagem e instalação de batente, fechadura com execução do furo. Com pintura verniz (incolor) alquídico em madeira, uso interno, aplicação de 3 demãos	UN	7	R$ 1.650,00	R$ 11.550,00
Portas tamanho 80x210cm, espessura 3,5cm, semi oca, com dobradiças, montagem e instalação de batente, fechadura com execução do furo. Com pintura verniz (incolor) alquídico em madeira, uso interno, aplicação de 3 demãos	UN	1	R$ 1.550,00	R$ 1.550,00
Serviço de execução de Forro em gesso acartonado estruturado, fixado em estrutura de aço, galvanizado reforçada, sem aramado ou outros tirantes/pendurais, devendo ficar totalmente suspenso apoiado nas paredes de gesso/alvenaria com estrutura de aço para apoio nas laterais, com vãos para as luminárias, deixando as mesmas já instaladas, com serviço de pintura com tinta acrílica sobre superfícies de divisórias de gesso acartonado, em duas demãos. Incluso tinta de 1ª linha na cor escolhida pela contratante, limpeza de superfície, demais materiais e mão de obra.	M²	23,46	R$ 330,00	R$ 7.741,80

GESSO ÁGAPE
DRYWALL • PVC • ISOPOR • ACÚSTICA

F. FERREIRA APLICAÇÕES DE GESSO EIRELI
CNPJ: 10.296.917/0001-39 / INSC. EST.: 90.571.889-41

AV. CARMEN MIRANDA Nº 5269 – CONJUNTO RESIDENCIAL CIDADE ALTA
CEP: 87.053-000 – MARINGÁ – PARANÁ
FONE: (44) 3034-8688
E-MAIL: vendas.gessoagape@outlook.com

* Este serviço deverá incluir aplicação e lixamento de massa corrida para correção de imperfeições na superfície a ser pintada. * haverá vão livre sem amarração, sendo necessário montagem de estrutura com montantes e guias de no mínimo 70mm em aço galvanizado, com distância máxima de 45 cm entre elas; * incluso todo o material da estrutura, divisórias e demais relacionados, e serviço de instalação.				

Valor total da proposta é de: R$ 77.782,40 (setenta e sete mil, setecentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos).

- Prazo mínimo da validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias.

Maringá, 18 de agosto de 2023.

F. FERREIRA APLICAÇÕES DE GESSO EIRELI
CNPJ: 10.296.917/0001-39
REPRESENTANTE LEGAL: FABIO FERREIRA
CPF: 054.823.199-03 / RG: 7.984.907-3 / SESP / PR

10.296.917/0001-39
F. FERREIRA APLICAÇÕES
DE GESSO EIRELI
Av. Carmem Miranda, 5269
Jd. Cidade Alta - CEP: 87053-000
MARINGÁ - PR

Assinaturas

equiplano

Documento: 33360/2023 - Oficio 278 - 2023 - Gabinete-mesclado-1.pdf
Data: 21/09/2023 14:54:52 Situação: Concluído

O documento foi assinado por ROSIANY FAVARETO na data 21/09/2023 15:48. Assinatura realizada através do login do usuário.
Para mais informações, acessar o link:
http://equiplanoweb.toledo.pr.gov.br/tramitacaoProcesso/#/consulta-anexo-assinado/entidade/136/documento/33360/2023

equiplano

Assinaturas

Processo: 15114/2023 Data: 21/09/2023 15:52:34 Situação: Encaminhado
Requerente: SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA INFÂNCIA, JUVENTUDE,
Contato: SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA INFÂNCIA, JUVENTUDE, MULHER, FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO -
Assunto: Ofício - Pedido de Providências
Descrição: Oficio 278 - 2023 - Gabinete-mesclado-1

O documento foi assinado por ADEMAR LINEU DORFSCHMIDT na data 25/09/2023 17:54.
Assinatura realizada através do login do usuário.
Para mais informações, acessar o link:
http://equiplanoweb.toledo.pr.gov.br/tramitacaoProcesso/#/consulta-anexo-assinado/entidade/136/anexo/15114/1/2023